Anais do Congresso Brasileiro de Iniciação Científica
(https://periodicos.unisanta.br/COB)

ISSN 2317-1316

CONHECIMENTO E PREVENÇÃO DAS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NA ADOLESCÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA ENFERMAGEM

KNOWLEDGE AND PREVENTION OF SEXUALLY TRANSMITTED INFECTIONS IN ADOLESCENCE: NURSING CONTRIBUTIONS

Carlos Alexandre Ferreira, Marcela Souza Ares Barreto Soares, Matheus Augusto Morais Monteiro, Thamiris Batista Marinho, Ridenia Cavalcante Pessoa, Bruna Feichas Renó

Universidade Santa Cecília, Faculdade de Enfermagem, Curso de Enfermagem
E-mail para contato: thb.marinho@gmail.com

RESUMO – As infecções sexualmente transmissíveis (IST) são um relevante problema de saúde pública na adolescência, fase marcada pela iniciação sexual e pelo uso irregular do preservativo. Este estudo objetivou demonstrar a importância do conhecimento e da prevenção das IST na adolescência, com ênfase na atuação da enfermagem. Trata-se de revisão narrativa da literatura, com 20 estudos incluídos, complementada por documentos oficiais. Os achados apontam lacunas de conhecimento, barreiras de comunicação e vulnerabilidade social, e destacam a educação em saúde na escola e na Atenção Primária como estratégia central. Conclui-se que o enfermeiro exerce papel decisivo na oferta da prevenção combinada aos adolescentes.

Palavras-chave: Adolescente; Infecções Sexualmente Transmissíveis; Educação em Saúde; Prevenção Primária; Enfermagem.

ABSTRACT – Sexually transmitted infections (STIs) are a relevant public health problem in adolescence, a period marked by sexual initiation and irregular condom use. This study aimed to demonstrate the importance of knowledge and prevention of STIs in adolescence, with emphasis on nursing practice. This is a narrative literature review including 20 studies, complemented by official documents. The findings show knowledge gaps, communication barriers and social vulnerability, and highlight health education at school and in Primary Health Care as a central strategy. Nurses play a decisive role in offering combination prevention to adolescents.

Keywords: Adolescent; Sexually Transmitted Diseases; Health Education; Primary Prevention; Nursing.

ISSN 2317-1316

1 INTRODUÇÃO

As infecções sexualmente transmissíveis (IST) são causadas por vírus, bactérias e outros microrganismos e têm como principal forma de transmissão o contato sexual (oral, vaginal e anal) sem uso de preservativo com uma pessoa infectada. Também podem ser transmitidas de forma vertical, durante a gestação, o parto ou a amamentação, e, com menor frequência, pelo contato de mucosas ou de pele não íntegra com secreções corporais contaminadas (Brasil, 2022a).

A substituição da sigla DST (doenças sexualmente transmissíveis) por IST, alinhada à terminologia da Organização Mundial da Saúde (OMS), foi inaugurada no Brasil pelo Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de 2015 e consolidou-se nas políticas do Ministério da Saúde a partir de então (Miranda et al., 2021). A mudança não é apenas formal: o termo infecção evidencia que uma pessoa pode ter e transmitir o agente mesmo sem apresentar sinais ou sintomas, o que reforça a importância da testagem e da prevenção contínuas (Brasil, 2022a).

No cenário global, a OMS estima que mais de um milhão de IST curáveis sejam adquiridas a cada dia por pessoas de 15 a 49 anos, a maioria de forma assintomática, e que cerca de oito milhões de adultos tenham se infectado pela sífilis em 2022 (World Health Organization, 2025). A análise do Global Burden of Disease também demonstrou a carga persistente do HIV e das demais IST entre adolescentes e jovens de 10 a 24 anos, entre 1990 e 2019 (Zhang et al., 2022).

A relevância do tema na adolescência decorre de ser esta uma fase de descobertas, de mudanças hormonais e corporais e de exploração da sexualidade, frequentemente sem compreensão suficiente das práticas sexuais seguras. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2019, 35,4% dos estudantes brasileiros de 13 a 17 anos já haviam tido relação sexual, e 36,6% destes iniciaram a vida sexual com 13 anos ou menos; o uso do preservativo foi relatado por 63,3% na primeira relação, mas caiu para 59,1% na última (IBGE, 2021). Nesse contexto, a probabilidade de exposição às IST aumenta, com consequências a curto e a longo prazo que tornam essas infecções um problema de saúde pública com impacto significativo sobre os adolescentes e sobre o sistema de saúde (Miranda et al., 2021).

Os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), divulgados pelo Ministério da Saúde, confirmam a magnitude do problema. Em 2024, foram notificados

ISSN 2317-1316

256.830 casos de sífilis adquirida no país, com taxa de detecção de 120,8 casos por 100.000 habitantes, além de 89.724 casos de sífilis em gestantes e 24.443 casos de sífilis congênita, com 183 óbitos (Brasil, 2025a). Quanto ao HIV, foram notificados 39.216 casos em 2024, e a série histórica registra 175.803 casos de infecção entre jovens de 15 a 24 anos (Brasil, 2025b).

Outras IST, como gonorreia, clamídia, tricomoníase e infecção pelo papilomavírus humano (HPV), não integram a Lista Nacional de Notificação Compulsória universal, e a síndrome do corrimento uretral masculino é acompanhada apenas pela estratégia de vigilância sentinela (Brasil, 2024a). Essa limitação impede uma análise epidemiológica mais minuciosa das tendências dessas infecções no país e, consequentemente, dificulta o planejamento de ações estratégicas pelos profissionais de saúde.

Diante do exposto, evidencia-se a relevância de discutir a falta de conhecimento e as lacunas de prevenção dos adolescentes frente às IST, bem como o papel da enfermagem no enfrentamento desse cenário. O presente estudo tem como objetivo demonstrar a importância do conhecimento e da prevenção das IST na adolescência, destacando as contribuições da enfermagem nas ações de educação em saúde.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo foi realizado como uma revisão narrativa da literatura, buscando explorar o tema de forma ampla e acessível aos leitores. Foram selecionados e analisados trabalhos científicos relevantes, de modo a reunir e articular as principais contribuições já publicadas sobre o assunto.

As buscas foram realizadas na base SciELO, no ResearchGate, em repositórios institucionais (UFMG, Nescon/UFMG, UFC e Unilab), em periódicos da área da saúde (BJIHS, Revista Nursing e Revista FT) e em documentos oficiais do Ministério da Saúde, do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e do Conselho Regional de Enfermagem (Coren). A estratégia de pesquisa foi organizada a partir dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH) Infecções Sexualmente Transmissíveis, Educação em Saúde e Adolescente, associados a termos livres por meio dos operadores booleanos AND, OR e NOT e do uso de aspas, com o objetivo de incluir maior quantidade de estudos adequados.

ISSN 2317-1316

Os critérios de inclusão foram: a) artigos publicados entre 2021 e 2024; b) estudos em português; c) publicações revisadas por pares; d) estudos que discutissem diretamente o tema proposto; e) ensaios randomizados, metanálises, revisões e revisões sistemáticas; f) estudos com participantes de 10 a 19 anos. Os critérios de exclusão foram: a) artigos duplicados entre as bases; b) pesquisas com metodologias incongruentes com o estudo; c) trabalhos de opinião, editoriais e cartas ao editor; d) biografias, entrevistas e palestras; e) estudos não disponíveis na íntegra; f) estudos experimentais com modelos animais.

A seleção ocorreu em três fases: 1) exclusão dos artigos que não atendiam aos critérios; 2) leitura dos títulos e resumos; 3) leitura integral dos textos. A qualidade dos estudos foi analisada considerando o delineamento metodológico, a validade e a reprodutibilidade dos resultados. As informações extraídas foram organizadas em tabela padronizada no Microsoft Word, com título, autores e objetivo de cada estudo. Foram identificados 30 artigos dentro do escopo da pesquisa; destes, 10 foram excluídos por duplicidade ou incongruência metodológica, e os 20 restantes, lidos na íntegra, foram incluídos na revisão final.

Por se tratar de revisão narrativa, a discussão foi complementada por documentos normativos, boletins epidemiológicos oficiais e inquéritos nacionais mais recentes, bem como por estudos anteriores ao período definido, quando considerados de referência para o tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As IST ainda representam um grande problema de saúde pública entre os adolescentes. Essa fase da vida tem características próprias, como o desenvolvimento físico e emocional, a descoberta da sexualidade e a construção das formas de proteção. Os estudos analisados permitiram reconhecer o conhecimento insuficiente dos jovens frente às IST e o papel decisivo da enfermagem no enfrentamento dessas infecções. Cabe destacar que informação não se converte automaticamente em comportamento protetor: embora 82,1% dos escolares brasileiros relatem ter recebido orientações sobre IST e HIV na escola, quatro em cada dez não usaram preservativo na última relação sexual (IBGE, 2021). Em estudo com estudantes do ensino médio do Piauí, 80,5% dos participantes apresentaram nível satisfatório de conhecimento sobre IST, mas 35,4% relataram uso inconsistente do preservativo, e a internet foi a principal fonte de informação (Sinimbu et al., 2025).

ISSN 2317-1316

Ao longo da investigação, ficou evidente que a atuação do enfermeiro vai além da execução de protocolos e se configura como presença essencial na educação em saúde, desde a prevenção por meio da vacinação e das atividades educativas nas escolas até o esclarecimento de dúvidas e o diagnóstico precoce por testagem rápida. Essa atuação insere-se na lógica da prevenção combinada, que articula intervenções biomédicas, comportamentais e estruturais (Brasil, 2022a). A Tabela 1 sintetiza as principais estratégias disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS) que podem ser ofertadas aos adolescentes.

Tabela 1: Estratégias de prevenção das IST disponíveis no SUS aplicáveis aos adolescentes

Estratégia	Indicação para adolescentes	Fonte
Preservativos externo e interno e gel lubrificante	Distribuição gratuita nas unidades de saúde e em ações educativas	Brasil, 2022a
Testagem rápida para HIV, sífilis e hepatites B e C	Pessoas com vida sexual ativa, acompanhada de orientação	Brasil, 2022a
Vacina contra o HPV	Dose única dos 9 aos 14 anos; estratégia de resgate para não vacinados de 15 a 19 anos	Brasil, 2024b
Profilaxia pré-exposição (PrEP) ao HIV	A partir de 15 anos e 35 kg, com vida sexual ativa e risco aumentado, sem exigência de presença dos responsáveis	Brasil, 2022b
Profilaxia pós-exposição (PEP) ao HIV	Após exposição de risco, com início em até 72 horas	Brasil, 2022a
Educação em saúde no Programa Saúde na Escola	Estudantes da rede pública, com ações de promoção da saúde sexual e reprodutiva	Brasil, 2007

A orientação continuada pode ocorrer na Unidade Básica de Saúde (UBS), onde o adolescente consegue sanar suas dúvidas e inseguranças de maneira individualizada. O protocolo de PrEP assegura aos adolescentes o acesso a serviços, orientações e consultas sem necessidade de presença ou autorização dos responsáveis, com direito à privacidade e ao sigilo, ressalvadas as situações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2022b). A abordagem deve ser acolhedora e sem julgamentos, o que favorece a adesão e a construção de conhecimentos para escolhas mais seguras.

A escola constitui espaço privilegiado para essas ações, pois alcança grande número de adolescentes. O Programa Saúde na Escola, instituído pelo Decreto nº 6.286/2007, prevê expressamente a promoção da saúde sexual e reprodutiva entre as ações desenvolvidas pelas equipes de Saúde da Família junto às escolas públicas (Brasil, 2007). Experiências de extensão

ISSN 2317-1316

universitária com escolares do ensino médio reforçam que as atividades educativas sobre IST ampliam o acesso à informação e estimulam a procura pelos serviços de prevenção (Souza et al., 2021). É necessário, contudo, integrar escola, família e serviços de saúde, de modo a favorecer o interesse dos jovens e identificar precocemente situações de vulnerabilidade.

Na Atenção Primária à Saúde, porta de entrada preferencial do SUS, destaca-se a importância do serviço de prevenção. O enfermeiro tem sido fundamental para incentivar o autocuidado, favorecer a adesão ao tratamento e minimizar o risco de agravamentos. A desinformação dos adolescentes sobre as IST e a baixa procura pelos serviços da Atenção Primária foram apontadas como desafios que exigem estratégias de aproximação específicas para esse público (Freitas et al., 2022). O diálogo é a peça fundamental para que o enfermeiro alcance o adolescente, e deve ocorrer de forma natural, sem tabus e preconceitos; saber ouvir é o começo de uma verdadeira atuação do enfermeiro nessa etapa da vida.

Durante a revisão, também foram identificadas barreiras concretas que dificultam a eficácia das práticas de enfermagem. É necessária capacitação adequada para que o enfermeiro esteja preparado para lidar com situações adversas e conflitos familiares que possam surgir. A resistência de parte da população, que associa o tema mais à atividade sexual do que à prevenção das IST, impõe barreiras importantes, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social. A linguagem utilizada precisa ser a mais clara possível, para que esses obstáculos sejam superados e as informações sejam transmitidas às gerações futuras sem constrangimento no diálogo entre pais e filhos.

A vulnerabilidade às IST relaciona-se de forma complexa com a pobreza. Relato de experiência com adolescentes em contexto de pobreza, desenvolvido em uma Unidade de Saúde da Família do interior paulista, demonstrou que ações educativas em grupo sobre sexualidade, IST e aids possibilitam a construção de novos sentidos sobre o cuidado (Murakami et al., 2007). Estudo transversal com 287 escolares da periferia de Fortaleza identificou associação significativa entre moradia, renda familiar e vulnerabilidade às IST/HIV/aids (Costa et al., 2020). A falta de informação decorre do acesso limitado à educação sexual de qualidade e da dificuldade de acesso rápido aos serviços de saúde, agravada pela escassez de recursos para o deslocamento até uma UBS quando não há unidade próxima à moradia. Por essa razão, levar a

ISSN 2317-1316

informação até as escolas é de extrema importância, pois pode ser a única oportunidade de esses jovens terem acesso a orientação fidedigna sobre o assunto.

Adolescentes com baixa escolaridade, pouco acesso à informação e suporte familiar escasso representam uma parcela mais sensível. As informações sobre sexualidade podem partir de diversas fontes, como família, amigos, escola e internet, e esta última tem se destacado como principal canal de busca entre os jovens (Sinimbu et al., 2025), o que exige dos profissionais atenção à qualidade das informações a que os adolescentes têm acesso. Muitas famílias são compostas por pais que não receberam esse tipo de orientação na escola; nesses casos, a alfabetização em saúde mostra-se alternativa crucial, com potencial de influenciar a redução dos índices de infecção.

Pesquisa com jovens universitários do Rio de Janeiro evidenciou baixa adesão ao preservativo, tanto com parcerias fixas quanto com parcerias casuais, e que a maioria nunca havia realizado teste para o HIV, o que reforça a importância da educação em saúde para os jovens (Melo et al., 2022). Ações personalizadas, adequadas às características sociais, cognitivas e emocionais do grupo, mostram-se mais eficazes do que abordagens genéricas, pois favorecem a compreensão da importância da prevenção e a multiplicação da informação entre pares.

Assim, a atuação da equipe de saúde, em especial da enfermagem, deve superar a perspectiva exclusivamente curativa e priorizar também projetos de promoção da saúde e de prevenção de agravos. A execução de estratégias educativas ajustadas à realidade dos adolescentes pode contribuir para ampliar o conhecimento, estimular a autonomia e fortalecer as práticas de prevenção das IST.

4 CONCLUSÃO

Os dados analisados mostram que as IST permanecem em patamar elevado entre adolescentes e jovens brasileiros, com números expressivos de sífilis adquirida e de infecção pelo HIV na faixa de 15 a 24 anos e redução do uso do preservativo ao longo das relações, cenário associado à falta de conhecimento, à ausência de diálogo em casa e na escola, ao receio de procurar os serviços de saúde e a condições de vulnerabilidade social. Ressalta-se que parte desse quadro permanece invisível, pois infecções como gonorreia, clamídia e HPV não são

ISSN 2317-1316

objeto de notificação compulsória universal. Conclui-se que o conhecimento e a prevenção das IST na adolescência são determinantes para a redução dessas infecções e que o enfermeiro, na escola, na Unidade Básica de Saúde e na comunidade, exerce papel central na educação em saúde e na oferta da prevenção combinada, o que reforça a necessidade de campanhas contínuas dirigidas ao público jovem. Os autores agradecem à Universidade Santa Cecília pelo apoio ao desenvolvimento deste trabalho. Como trabalhos futuros, sugere-se a realização de estudo de campo sobre o conhecimento de adolescentes escolares acerca das IST e a avaliação de intervenções educativas conduzidas pela enfermagem.

5 DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

As autoras declaram que, na elaboração deste trabalho, utilizaram ferramenta de inteligência artificial generativa com as finalidades de revisão linguística e gramatical do texto, auxílio na organização estrutural e sugestão de referências, posteriormente verificadas pelas autoras. Declaram, ainda, que: a) a ferramenta não é listada como autora, em razão de sua incapacidade de assumir responsabilidade pelo conteúdo e pela integridade da pesquisa; b) todo o conteúdo gerado com auxílio da ferramenta foi revisado, verificado e validado pelas autoras, que assumem integral responsabilidade pela exatidão, originalidade e integridade das informações apresentadas; c) o uso da ferramenta não substituiu o julgamento crítico, a análise e a interpretação dos dados, que permaneceram sob responsabilidade exclusiva das autoras; e d) foram observados os princípios de honestidade, transparência e responsabilidade previstos nas diretrizes de integridade científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

6 REFERÊNCIAS

Brasil. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília; 2007.

ISSN 2317-1316

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Brasília: Ministério da Saúde; 2022a.

Brasil. Ministério da Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) de Risco à Infecção pelo HIV. Portaria SCTIE/MS nº 90, de 25 de agosto de 2022. Brasília: Ministério da Saúde; 2022b.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 5.201, de 15 de agosto de 2024. Altera o Anexo 1 do Anexo V à Portaria de Consolidação MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas doenças na Lista Nacional de Notificação Compulsória. Diário Oficial da União. Brasília; 2024a.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Nota Técnica nº 41/2024-CGICI/DPNI/SVSA/MS: adoção da dose única da vacina HPV no Calendário Nacional de Vacinação e estratégia de resgate de adolescentes não vacinados. Brasília: Ministério da Saúde; 2024b.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Boletim Epidemiológico de Sífilis 2025. Número Especial. Brasília: Ministério da Saúde; 2025a.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Boletim Epidemiológico de HIV e Aids 2025. Número Especial. Brasília: Ministério da Saúde; 2025b.

Costa MIF, Rodrigues RR, Teixeira RM, Paula PHA, Luna IT, Pinheiro PNC. Adolescentes em situação de pobreza: resiliência e vulnerabilidades às infecções sexualmente transmissíveis. Rev Bras Enferm. 2020;73(Suppl 4):e20190242. doi:10.1590/0034-7167-2019-0242.

ISSN 2317-1316

Freitas CA, Soldera A, Rezende GR, Martins AT, Trovão ACGB, Solon S, et al. Atenção primária à saúde no Brasil: adolescência, desinformação e infecções sexualmente transmissíveis. HU Rev. 2022;48:1-6. doi:10.34019/1982-8047.2022.v48.37729.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: 2019. Rio de Janeiro: IBGE; 2021.

Melo LD, Sodré CP, Spindola T, Martins ERC, André NLNO, Motta CVV. A prevenção das infecções sexualmente transmissíveis entre jovens e a importância da educação em saúde. Enferm Glob. 2022;21(65).

Miranda AE, Freitas FLS, Passos MRL, Lopez MAA, Pereira GFM. Políticas públicas em infecções sexualmente transmissíveis no Brasil. Epidemiol Serv Saúde. 2021;30(Esp.1):e2020611. doi:10.1590/S1679-4974202100019.esp1.

Murakami JK, Petrilli Filho JF, Telles Filho PCP. Conversando sobre sexualidade, IST e aids com adolescentes pobres. Rev Latino-Am Enfermagem. 2007;15(spe):864-6. doi:10.1590/S0104-11692007000700023.

Sinimbu RB, Sampaio JPS, Silva LL, Nascimento GP, Sousa PSF, Mota JC, et al. Conhecimento de adolescentes e jovens sobre infecções sexualmente transmissíveis e número de casos no estado do Piauí. Rev Enferm UFPE On Line. 2025;19(1). doi:10.5205/1981-8963.2025.263436.

Souza DRV, Carvalho RO, Ramos WT, Peixoto MG, Manzoli GN, Lima DS. Medidas de educação em saúde sobre infecções sexualmente adquiridas para escolares do ensino médio. Rev ELO Diálogos Ext. 2021;10. doi:10.21284/elo.v10i.12400.

World Health Organization. Sexually transmitted infections (STIs): fact sheet. Geneva: WHO; 2025.

ISSN 2317-1316

Zhang J, Ma B, Han X, Ding S, Li Y. Global, regional, and national burdens of HIV and other sexually transmitted infections in adolescents and young adults aged 10–24 years from 1990 to 2019: a trend analysis based on the Global Burden of Disease Study 2019. Lancet Child Adolesc Health. 2022;6:763-76. doi:10.1016/S2352-4642(22)00219-X.